

Relação de Certificações no
Curso de Aperfeiçoamento em Direito Agrário

Detalhes do Curso:

Título: Curso de Aperfeiçoamento em Direito Agrário

Data: 24/02/2021 a 14/05/2021

Carga horária total: 120 horas

Modalidade: Remoto (on-line)

Conteúdo/Ementa:

1. Seminário de Abertura: Amazônia e seus povos: proteção dos Direitos Humanos e a atuação da Defensoria Pública, dos Povos tradicionais e movimentos sociais.
2. Aspectos introdutórios ao direito agrário e a formação histórica da propriedade territorial no Brasil. Ementa: Objeto do direito agrário e seu nascimento na legislação brasileira. Processo de ocupação colonial nos dias atuais. Do processo de ocupação como um dos fatores da concentração da terra e do surgimento de diferentes formas de uso da terra.
3. Sistema de Justiça Agrária no Brasil e no Estado do Pará. Ementa: Justiça Agrárias Constituições. Varas agrárias, Defensorias Agrárias, Promotorias Agrárias e Delegacias Especializadas em Conflitos Agrários (DECA). Competências e atribuições.
4. Terras Públicas e Terras Particulares. Ementa: Discriminação de terras devolutas: discriminação administrativa e judicial. Bens imóveis rurais, bem público, módulo rural, módulo fiscal e indivisibilidade da propriedade rural. Terras devolutas, terrenos de marinha, terras marginais e áreas de várzea, terra na faixa de fronteira.
5. Seminário: Direito da Natureza e bem viver.
6. Sistemas de posses e modelos étnicos de regularização fundiária: posse agrária, posse étnica e posse agroecológica. Ementa: Pluralidade social, fundiária e possessória. Posse dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais de trabalhadoras e trabalhadores rurais. Formas de regularização da terra: unidades de conservação, projetos de assentamento, territórios quilombolas, projeto de desenvolvimento sustentável. Lei de regularização fundiária do Estado do Pará.
7. Direito ao Território Quilombola. Ementa: Escravidão, processo histórico de ocupação da terra e resistência dos povos quilombolas. Processo de regularização fundiária. Legislação nacional e do Estado do Pará: semelhanças e diferenças. Previsão constitucional e entendimentos jurisprudenciais.
8. Incidência do Direito Ambiental no imóvel rural: Área de Preservação Permanente, Reserva Legal e Cadastro Ambiental Rural. Ementa: Conceitos de APP e Reserva Legal. Previsão Constitucional e no Código Florestal. APP do Reservatório artificial e nos cursos dos rios. Indenização. Ocupações de povos



Rua Padre Prudêncio, 154, 4º andar
Campina, Belém/PA, CEP: 66.019-080
Telefone: (91) 3201-2670

tradicionais em APP e Reserva Legal. Cadastro Ambiental Rural e a regularização ambiental do imóvel rural.

9. Seminário: Escravidão, resistência e luta por reconhecimento dos território quilombolas: a cartografia social como instrumento para a efetivação de direitos.

10. Ações possessórias coletivas agrárias no Código de Processo Civil e atuação da Defensoria Pública. Ementa: Ações possessórias: conceito, classificação, características gerais, audiência de conciliação, intervenção da Defensoria Pública (defesa da parte, parte e custos vulnerabilis) nas ações coletivas pela posse da terra, rito processual, citação, instrumentos para instruir a inicial, pedido, valor da causa, legitimidade ad causam, legitimidade passiva, interesse processual, possibilidade jurídica do pedido, função social da terra, dominialidade, ações possessórias de terra pública, procedimento para verificar se é terra pública ou particular.

11. Usucapião Agrário. Ementa: Conceito. Fundamentos. Requisitos. Espécies. Previsão constitucional e legal. Vedações. Ação judicial e usucapião extrajudicial.

12. Combate à grilagem de terras públicas. Ementa: Noções sobre direito registral. Lei de Registros Públicos e matrícula imobiliária. Mecanismos de identificação da fraude documental. Bloqueio e cancelamento administrativo e judicial de matrícula imobiliária de imóvel rural.

13. Povos e comunidades tradicionais na Amazônia: terras, territórios e consulta prévia. Ementa. Conceito de povos e comunidades tradicionais e de território. Povos e comunidades tradicionais como destinatários da Convenção n. 169 da OIT. Consulta Prévia. Legislação nacional, internacional e entendimento jurisprudencial.

14. Atuação estratégica na proteção de direitos humanos nos casos de remoções forçadas. Ementa. Aporte teórico acerca das remoções forçadas. Normativa Internacional. Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Casos de atuação da Defensoria Pública.

15. A responsabilidade do Estado pela violação dos Direitos Humanos, no contexto das remoções forçadas. Ementa. Responsabilidade Civil. Aspectos processuais. Casos de atuação da Defensoria Pública.

16. Atuação da Defensoria Pública nos licenciamentos ambientais e na proteção dos povos do campo, água e floresta. Ementa: Função socioambiental da Defensoria Pública. Normas sobre Licenciamento Ambiental. Atuação estratégica na análise do procedimento de licenciamento ambiental. Formas de atuação judicial e extrajudicial.

17. Sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos e a atuação estratégica da Defensoria Pública. Ementa: Sistemas global e regionais de proteção internacional dos direitos humanos. Sistema Interamericano e atuação da Defensoria



Rua Padre Prudêncio, 154, 4º andar
Campina, Belém/PA, CEP: 66.019-080
Telefone: (91) 3201-2670

Pública perante à Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos. Estudo de caso.

18. Direito Humano à propriedade, na Convenção Americana de Direitos Humanos, Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ementa: Conceito de direito de propriedade na Convenção Americana de Direitos Humanos e interpretação evolutiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao artigo 21 da citada Convenção. Aplicação conjunta da Convenção Americana e Convenção 169 da OIT. Controle de Convencionalidade e atuação da Defensoria Pública no direito interno.

19. Seminário de encerramento das aulas teóricas: Atuação da Defensoria Pública no enfrentamento ao racismo, no contexto agrário e fundiário.

20. Aulas práticas– Estudos de Caso. Ementa. As aulas práticas versam sobre estudos de caso de atuação da Defensoria Pública do Estado do Pará. Deve contemplar processos judiciais, visitas ou oficinas nas comunidades (quilombolas, povos e comunidades tradicionais ou em projetos de assentamento da reforma agrária). Cada instrutor deve apresentar seu plano de aula prática antecipadamente, para ofertar aos cursistas, de modo a viabilizar a escolha do Grupo de Trabalho de estudo de caso e o respectivo instrutor. O Plano de Aula deve conter: o caso, a temática e a metodologia a ser trabalhada.

Organizadores:

ANDREIA MACEDO BARRETO

FELIPE KAUE NORONHA MARQUES

RODRIGO AYAN DA SILVA

TATIANA MACHADO PINTO MACIEL

Ministrante:

Horas/Aula:

AIANNY NAIARA GOMES MONTEIRO

08

ANDREIA MACEDO BARRETO

08

ANDREIA MACEDO BARRETO

04

BIA ALBUQUERQUE TIRADENTES

04

BIA ALBUQUERQUE TIRADENTES

04



Rua Padre Prudêncio, 154, 4º andar
Campina, Belém/PA, CEP: 66.019-080
Telefone: (91) 3201-2670

CARLOS EDUARDO BARROS DA SILVA	04
GIROLAMO DOMENICO TRECCANI	08
GIROLAMO DOMENICO TRECCANI	08
GUILHERME ISRAEL KOCHI SILVA	02
GUILHERME ISRAEL KOCHI SILVA	04
IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA	08
IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA	08
JULIANA ANDREA OLIVEIRA	04
LIANA AMIM LIMA DA SILVA	04
LUCIANA ALBUQUERQUE LIMA	04
MARCO AURELIO GUTERRES	12
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIM	04

Cursistas:

Carga Horária (horas):

ADONAI OLIVEIRA BRASIL BATISTA FARIAS	120
AMANDA KATHUISSE CARDOSO FARIAS	120
ANDERSON ARAUJO DE MEDEIROS	120
ANDREIA MACEDO BARRETO	120
ARHIEL INGRITH DE OLIVEIRA PASTANA FERREIRA	120
BIA ALBUQUERQUE TIRADENTES	120
BRUNNO ARANHA E MARANHÃO	120
CEZAR THIAGO BARRETO CORREIA	120
DEMETRIUS REBESSI	120
FERNANDO SAVARIZ FERRARI	120
GISELE VIEIRA BRASIL BATISTA FARIAS	120
GUILHERME ISRAEL KOCHI SILVA	120
HINDEMBURGO RABELLO DE MOURA JUNIOR	120
ISABELE CASTRO DA SILVA LIMA	120



Rua Padre Prudêncio, 154, 4º andar
Campina, Belém/PA, CEP: 66.019-080
Telefone: (91) 3201-2670

JAIRO MAIA JUNIOR	120
JOSÉ ROBERTO CRAVO	120
KELVIN BRENO ROWE RODRIGUES	120
LUCAS CARVALHO DO ESPIRITO SANTO SILVA	120
LUIZ GUSTAVO BESSA ALBUQUERQUE	120
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS VIEIRA	120
MARIA DO CARMOS SOUZA MAIA	120
NYCOLE DOS SANTOS MACHADO FARACO	120
RONALDO NOGUEIRA MARQUES	120
TAYNÁ SOUZA LIMA	120
VICTOR RAFAEL MALTEZ DE LEMOS	120
VIVIANE LAGES PEREIRA	120

Certificados:

Organizadores: 04

Ministrantes: 17

Cursistas: 26

Belém, PA, 15 de junho de 2021.

RODRIGO AYAN DA SILVA

Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará



Rua Padre Prudêncio, 154, 4º andar
Campina, Belém/PA, CEP: 66.019-080
Telefone: (91) 3201-2670